



JUCESP



MATO GROSSO DO SUL GD S.A.
CNPJ/MF: 48.814.870/0001-20
NIRE: 54.300.007.501

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025

- SEDE

1

1 2025



COLO

- Data, Hora e Local:** Realizada em 23 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **MATO GROSSO DO SUL GD S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida Afonso Pena, nº 2440, sala 62, Vila Cidade, CEP 79002-934.
- Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
- Mesa:** **Presidente:** Sr. Pierre- Yves Marie Hughes Mourgue; **Secretário:** Sr. Tony Chi Yuan Wang.
- Publicação:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram publicadas por meio da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do artigo 1º da Portaria ME nº 12.071/2021, (i) na data de 22 de abril de 2025 às 12:53:13 horas, conforme protocolo nº B4F693A488DE28112A476E2A0B8AAA18764785D5, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) na data de 22 de abril de 2025 às 12:53:50 horas, conforme protocolo nº D4127B51F57622574C408C393D2150DC18439567, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.
- Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: **(a)** a aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; **(b)** a ratificação da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** a aprovação da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(d)** a ratificação da fixação da verba global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(e)** a aprovação da fixação da verba global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre: **(f)** a alteração de endereço da sede social da Companhia, conforme nova redação do art. 2º de seu Estatuto Social; **(g)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(h)** a autorização aos diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para cumprimento das disposições desta ata.
- Deliberações:** A única acionista da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas:





Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (a) Aprovar o relatório da administração, as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024;
- (b) Ratificar a destinação do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 35.768,50 (trinta e cinco mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), para a conta de prejuízos acumulados;
- (c) Aprovar a destinação do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 224.442,76 (duzentos e vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), para a conta de prejuízos acumulados;
- (d) Ratificar que os administradores da Companhia não fizeram jus à remuneração referente ao exercício de 2024; e
- (e) Aprovar a ausência de remuneração da administração da Companhia para o exercício social de 2025.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (f) Aprovar a alteração de endereço da sede social da Companhia, de Avenida Afonso Pena, nº 2440, sala 62, Vila Cidade, CEP 79002-934, na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul para Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Dessa forma, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.”

- (g) Aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima; e
- (h) Autorizar aos diretores a praticarem todos os atos necessários para cumprimento das disposições desta ata.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue – Presidente; Tony Chi Yuan Wang – Secretário; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A (Representada por Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue e Tony Chi Yuan Wang).



JUCESP

Esta versão corresponde a versão original arquivada nos livros da Companhia.

JUCESP
Campo Grande, MS, 23 de abril de 2025

Mesa:

Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue
Presidente

Tony Chi Yuan Wang
Secretário

Acionista:


INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A.

Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue

Tony Chi Yuan Wang




SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE S/A
Alcides
ALCIDES E. SOARES JUNIOR
SECRETARIO GERAL EM EXERCICIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

3530066450-7



JUCESP



 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP
NIRE S/A
Alcides
ALCIDES E. SOARES JUNIOR
SECRETARIO GERAL EM EXERCICIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

3530066450-7





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/049.995-9	MSE2500061105	29/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE	06/05/2025 13:29:18

Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br 

304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG	06/05/2025 13:22:40
----------------	--------------------	---------------------

Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br 

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

JUCEMS

JUCEMS ^{Anexo 1}

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Mato Grosso do Sul GD S.A.

realizada em 23 de abril de 2025.

**ESTATUTO SOCIAL DA
MATO GROSSO DO SUL GD S.A.**
CNPJ/MF: 48.814.870/0001-20
NIRE: 54.300.007.501

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

ARTIGO 1º - A **Mato Grosso do Sul GD S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto social a realização das seguintes atividades relacionadas a projetos de geração distribuída de energia fotovoltaica:

- (i) Aluguel de imóveis próprios;
- (ii) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais;
- (iii) Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle;
e
- (iv) Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

ARTIGO 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II
DO CAPITAL**

ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 15.957.001,56 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, um real e cinquenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.957.001 (quinze milhões, novecentas e cinquenta e sete mil e uma) ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo 2º - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital.



Parágrafo 3º - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

ARTIGO 6º - A Companhia é administrada por uma Diretoria, observadas as disposições do presente Estatuto Social e da legislação aplicável.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 3º - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá à Diretoria deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto Social.

Seção II – Diretoria

ARTIGO 7º - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Executivo, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais sem designação específica, todos com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

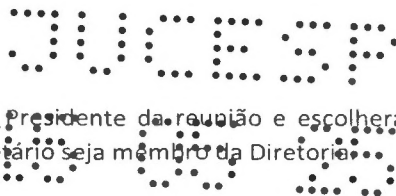
Parágrafo 1º - A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, observadas as disposições da lei e do presente Estatuto Social.

Parágrafo 2º - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituto designado pela Diretoria. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, a Assembleia Geral de Acionistas deverá ser convocada para eleição e preenchimento do cargo vago, devendo o Diretor substituto completar o mandato do Diretor substituído.

ARTIGO 8º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da totalidade de seus membros, em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação, sendo





que um deles atuará como Presidente da reunião e escolherá um Secretário, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro da Diretoria.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação, sendo válidas as assinaturas colhidas por meios eletrônicos, devendo ser arquivada na sede da Companhia uma cópia da ata da reunião assinada eletronicamente, em conjunto com a ata original assinada.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, fax, carta ou telegrama, enviados à Companhia, em atenção do Diretor Presidente e caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

Parágrafo 4º - Nas reuniões, a Diretoria delibera por maioria simples de votos, cabendo a cada Diretor um voto.

Parágrafo 5º - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

ARTIGO 9º - A Companhia será representada da seguinte forma:

- (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, nos termos do Parágrafo 1º abaixo, devidamente constituído, para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma única operação; ou
- (iii) por qualquer Diretor ou por 1 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do Parágrafo 1º abaixo, para a prática dos seguintes atos:
 - (a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, nas Assembleias Gerais de acionistas ou reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante;
 - (b) de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor;
 - (c) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas; e
 - (d) para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em uma única operação.



Parágrafo 1º - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, exceto (i) pelas procurações ad judicia, que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado; e (ii) pelas procurações outorgadas a instituições financeiras no âmbito de operações de endividamento, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do respectivo contrato de financiamento.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

Seção III – Conselho Fiscal

ARTIGO 10 - O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. Se instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 11 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - As convocações das Assembleias Gerais da Companhia deverão ser publicadas nos termos da Lei das S.A., por meio de edital de convocação publicado com 8 (oito) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral e, caso não seja atendido o quórum de instalação em primeira convocação, uma segunda convocação deverá ser publicada ao menos 5 (cinco) dias antes da nova data de realização da Assembleia Geral. O Edital de convocação deverá indicar a ordem do dia, o local, a data e a hora em que a Assembleia Geral será realizada, sendo que a Companhia deverá disponibilizar toda e qualquer documentação que possa servir de suporte para que os acionistas formulem seu voto. Dispensando-se as formalidades de convocação serão dispensadas caso estejam presentes todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a Assembleia Geral será considerada instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representando no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, e em segunda convocação com qualquer número.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista, representante de acionista ou um dos Diretores da Companhia, escolhido dentre os presentes pela maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral indicará um dos presentes para secretariá-lo.

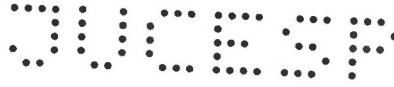


Parágrafo 4º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 5º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A.

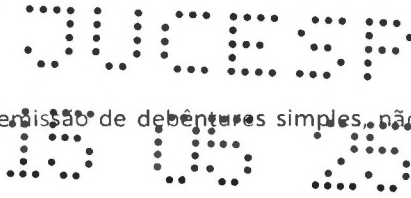
ARTIGO 12 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia:

- (i) aprovar o plano de negócios anual proposto pela Diretoria, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período ("Plano Anual") ou sua alteração;
- (ii) deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (iii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (iv) quando não houver Conselho de Administração, a eleição, destituição e substituição de qualquer um dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação das atribuições específicas dos Diretores, observadas as demais disposições deste Estatuto Social;
- (v) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (vi) fixar e alterar a remuneração individual, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, e do Conselho Fiscal, se instalado, observado o limite global de remuneração da administração;
- (vii) aprovação de planos de participação de lucros, bem como estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios dos administradores e empregados da Companhia;
- (viii) autorizar o pagamento de dividendos intercalares, com base em balanço semestral ou intermediário;
- (ix) quando não houver Conselho de Administração, a escolha, contratação e destituição dos auditores independentes encarregados da análise das demonstrações financeiras da Companhia;
- (x) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório;



- (xi) aprovação prévia para a administração da Companhia praticar quaisquer atos, incluindo a celebração de quaisquer acordos ou contratos, que impliquem em obrigação de pagamento por parte da Companhia, ou por parte de qualquer sociedade controlada pela Companhia, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), seja em ato único ou em uma série de atos relacionados num período de 12 (doze) meses, que não tenha sido objeto do Plano Anual ou orçamento anual do correspondente exercício social;
- (xii) qualquer transação, endividamento ou que represente aumento no nível do endividamento financeiro consolidado da Companhia que exceda o endividamento total aprovado no Plano Anual do correspondente exercício social em valor equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Companhia, o que for menor; ressalvada, no entanto, a contratação de linhas de crédito de curto prazo nos termos e condições aprovados previamente pela Assembleia Geral quando da aprovação do Plano Anual;
- (xiii) aprovação prévia para qualquer investimento pela Companhia ou por sociedades controladas que exija valores superiores a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de CAPEX, ainda que estejam previstos no Plano Anual do correspondente exercício social;
- (xiv) aprovação prévia para a celebração de contratos ou acordos de prestação de serviços para clientes por parte da Companhia, ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, com prazo de vigência igual ou superior a 3 (três) anos, que não tenham sido previstos no Plano Anual ou orçamento anual do exercício social correspondente;
- (xv) a constituição de ônus sobre quaisquer ativos, bem como a prestação de garantias, pela Companhia ou por qualquer sociedade controlada, a obrigações de terceiros;
- (xvi) alienação, cessão ou transferência de ativos da Companhia ou de qualquer sociedade controlada acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xvii) aprovação prévia para a celebração, alteração ou rescisão de contratos entre a Companhia ou por qualquer sociedade controlada e partes relacionadas;
- (xviii) aprovação prévia para a Companhia e/ou qualquer controlada realizar transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) (exceto se previsto no Plano Anual);
- (xix) aprovação prévia para a Companhia e/ou qualquer controlada propor medida judicial ou administrativa que envolva mais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ou que possam ter impacto negativo nas atividades;
- (xx) aquisição ou alienação, pela Companhia ou por sociedades controladas, de participação em outras sociedades;
- (xxi) determinação do voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta;





- (xxii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xxiii) deliberar sobre pedido de registro da Companhia como companhia aberta;
- (xxiv) deliberar sobre a admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou mercados de balcão; e
- (xxv) qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, podendo convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente.

CAPÍTULO V EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 13 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas em lei, as quais serão auditadas pelo auditor independente da Companhia, registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

ARTIGO 14 - Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

ARTIGO 15 - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

ARTIGO 16 - A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio.

ARTIGO 17 - Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos ou creditados nos termos dos artigos acima serão imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 18 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 19 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.



Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

CAPÍTULO VII DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

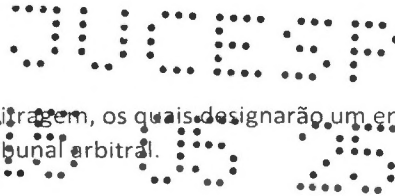
ARTIGO 20 – A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, bem como seus respectivos sucessores, obrigam-se a resolver qualquer disputa, controvérsia e/ou reclamação decorrente ou relacionada a este Estatuto Social ou em decorrência de sua condição de Companhia, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e suplentes (“Disputa”), envolvendo a Companhia, qualquer de seus acionista, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, por meio de arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), na forma de seu regulamento (“Regras de Arbitragem”) e em observância à Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 1º - O tribunal arbitral terá o poder de resolver toda e qualquer controvérsia relacionada às Disputas, incluindo questões acessórias, e terá o poder de emitir quaisquer ordens necessárias às partes da arbitragem, incluindo liminares e decisões interlocutórias após sua constituição e prévia a uma decisão final. A arbitragem deve ser processada e decidida de acordo com a lei brasileira, e os árbitros não estão autorizados a agir como amiable compositeur ou a decidir ex aequo et bono.

Parágrafo 2º - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, que serão nomeados de acordo com o procedimento a seguir. O(s) requerente(s), agindo em conjunto e entendidos como uma única parte ou como múltiplas partes da arbitragem atuando como requerentes, nomeará(ão) 1 (um) árbitro. O(s) requerido(s), agindo em conjunto e entendidos como uma única parte ou como múltiplas partes da arbitragem atuando como requeridas, deve(rão) nomear o segundo árbitro. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelas partes, em consulta a estas, dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro. Se um dos lados deixar de fazer a nomeação que lhe cabe dentro de 10 (dez) dias, ou caso os árbitros nomeados pelas partes não consigam nomear o terceiro árbitro, as nomeações serão feitas pela CCI, de acordo com as Regras de Arbitragem.

Parágrafo 3º - No caso de uma arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes que não estejam definidas em um grupo de reclamantes ou em um grupo de reclamadas, as partes da arbitragem, de comum acordo, deverão nomear 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias após o recebimento da última notificação pela CCI nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro ou, se isso não for possível, por qualquer motivo, pela CCI de acordo com as Regras de Arbitragem. Se as partes da arbitragem falharem em nomear os árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pela CCI, de





acordo com as Regras de Arbitragem, os quais designarão um entre os árbitros escolhidos para servir como presidente do tribunal arbitral.

Parágrafo 4º - A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde será proferida a sentença arbitral. O idioma da arbitragem será o inglês, sendo que as provas poderão ser produzidas em português sem que seja necessária tradução.

Parágrafo 5º - A existência dos procedimentos arbitrais e quaisquer documentos e informações apresentados e/ou divulgados no âmbito deste (incluindo, mas não limitado a, alegações e informações apresentadas pelas partes, declarações de terceiros, evidências e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo tribunal arbitral) estarão sujeitos à confidencialidade e somente serão divulgados ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem, seus representantes e a qualquer pessoa necessária à arbitragem.

Parágrafo 6º - A sentença arbitral pode ser executada em qualquer tribunal que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. A decisão arbitral será definitiva e vinculante, e a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, renunciarão a qualquer direito de apelação, exceto pela solicitação de esclarecimento prevista no artigo 30 da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e pela possibilidade de anulação da ação, conforme previsto nos artigos 32 e 33 da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 7º - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, mantêm o direito de buscar assistência judicial, conforme permitido pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, incluindo, entre outros, (i) impor a arbitragem; (ii) obter medidas provisórias e urgentes antes da constituição do tribunal arbitral, desde que, após sua constituição, todas as medidas provisórias e urgentes sejam solicitadas ao tribunal arbitral, e o tribunal arbitral possa sustentar, modificar e/ou revogar a ordem concedida pelos tribunais; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral; (iv) buscar a anulação da sentença arbitral quando permitido por lei; e (v) solicitar qualquer outra medida de apoio à arbitragem, conforme permitido pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e pela legislação brasileira. Caso a Companhia, qualquer de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, busquem assistência judicial nas circunstâncias indicadas acima, os Tribunais de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, terão jurisdição exclusiva. A solicitação de qualquer medida judicial disponível de acordo com a Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, não deve ser interpretada como uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula compromissória e/ou nas Regras de Arbitragem, ou na arbitragem como o único meio de resolução de disputas escolhido pela Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver.

Parágrafo 8º - As despesas do processo arbitral, incluindo, mas não se limitando, aos custos administrativos da CCI, honorários do árbitro e honorários de especialistas independentes, quando aplicáveis, serão suportados por cada uma das partes, de acordo com as Regras de Arbitragem. Ao proferir a sentença arbitral, o tribunal arbitral poderá determinar que a parte vencedora seja reembolsada proporcionalmente pela parte vencida pelas despesas do processo arbitral, incluindo, mas não se limitando, aos custos administrativos do CCI, aos honorários do





árbitro, aos honorários de especialistas independentes e/ou aos honorários contratuais razoáveis do advogado.

Parágrafo 9º - Antes de assinar os Termos de Arbitragem, ou antes de sua aprovação pela CCI, a CCI pode consolidar procedimentos arbitrais simultâneos, conforme disposto nas Regras de Arbitragem. Após a assinatura dos Termos de Arbitragem, ou após sua aprovação pela CCI, o tribunal arbitral poderá, mediante solicitação de uma das partes das arbitragens, consolidar processos arbitrais simultâneos envolvendo a Companhia, qualquer de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, mesmo que não sejam todos partes em ambos os procedimentos e qualquer outro instrumento relacionado celebrado, se (i) os termos das arbitragens forem compatíveis; e (ii) a consolidação não causar danos a nenhuma das partes da arbitragem. A competência para consolidar caberá ao primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será final e vinculativa para a Companhia, qualquer de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, conforme o caso.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 21 - A Companhia observará eventual acordo de acionistas arquivados na sede social da Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., cabendo (i) à Diretoria abster-se de registrar transferências ou onerações de ações contrárias aos respectivos termos, e (ii) ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados em violação a tal acordo.

ARTIGO 22 - A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia.

ARTIGO 23 - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. e de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.”





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL

Registro Digital
Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/049.995-9	MSE2500061105	29/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE	06/05/2025 13:29:18

Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br

304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG	06/05/2025 13:22:40
----------------	--------------------	---------------------

Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul



CNPJ 48.814.870/0001-20 **Razão Social** MATO GROSSO DO SUL GD S.A. **Data de Publicação** 22/04/2025 12:53:13 **Hash de Publicação** B4F693A488DE28112A476E2A0B8AAA18764785D5

Balanco Patrimonial (BP)

Data de Inicio 01/01/2023 **Data de Fim** 31/12/2023 **Consolidada** Não **Origem** Participante-Upload

Título
DF's 2023

Descrição
BALANÇO + DRE 2023

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
EFFORTS PROFISSIONAIS CONTABEIS:07760271000194	077602710001-94	30/04/2025 12:53:13	Procurador	Certificado Digital



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL

Registro Digital

15 05 25
Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/049.995-9	MSE2500061105	29/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA	06/05/2025 11:41:06

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certifico registro sob o nº 55533416 em 06/05/2025 da Empresa MATO GROSSO DO SUL GD S.A., CNPJ 48814870000120 e protocolo 250499959 - 30/04/2025. Autenticação: CA70FCA3F6466AFF71BE3E891F5D4994D761C578. Márcio Cavassa do Valle - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucems.ms.gov.br> e informe nº do protocolo 25/049.995-9 e o código de segurança nPwc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2025 por Márcio Cavassa do Valle Secretário-Geral.



CNPJ 48.814.870/0001-20 **Razão Social** MATO GROSSO DO SUL GD S.A. **Data de Publicação** 22/04/2025 12:53:50 **Hash de Publicação** D4127B51F57622574C408C393D2150DC18439567

Balanco Patrimonial (BP)

Data de Início 01/01/2024 **Data de Fim** 31/12/2024 **Consolidada** Não **Origem** Participante-Upload

Título

DF's 2024

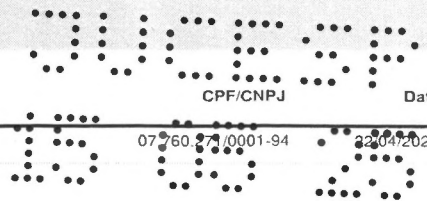
Descrição

BALANÇO + DRE 2024

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante



Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
EFFORTS PROFISSIONAIS CONTABEIS:07760271000194	077602710001-94	30/04/2025 12:53:50	Procurador	Certificado Digital



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO



Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/049.995-9	MSE2500061105	29/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA	06/05/2025 11:41:06

Assinado utilizando assinatura qualificada

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

02.03.2012
15 05 25

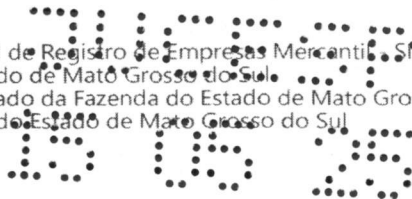
Eu, Luis Guilherme de Souza Silva , com inscrição ativa na(o) OAB/SP sob o nº 316225, expedida em 02/03/2012, inscrito no CPF nº 355.147.028-63, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este(s) documento(s) é (são) autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is). Documentos apresentados:

Especificação do Documento	Quantidade de Páginas
RECIBO SPED 2023	2
RECIBO SPED 2024	2
Cópia simples da carteira profissional/certidão de regularidade do profissional inscrito na OAB/SP, número: 316225.	1

CAMPO GRANDE, 23 de abril de 2025.

Luis Guilherme de Souza Silva

A imagem do documento da OAB e CRC são excluídas do processo final a ser arquivado por conta do art. 34, V, "c" do Decreto Federal n. 1.800/96 e da lei 13709/2018.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MATO GROSSO DO SUL GD S.A., de CNPJ 48.814.870/0001-20 e protocolado sob o número 25/049.995-9 em 30/04/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 55533416, em 06/05/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rita De Cassia Marcon Maia.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Márcio Cavassa do Valle. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucems.ms.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.





Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG	06/05/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG	06/05/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE	06/05/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE	06/05/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG	06/05/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

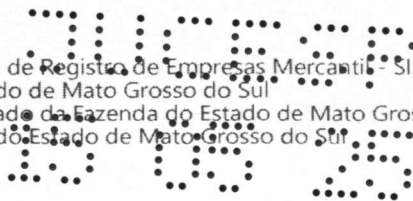
Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA	06/05/2025 10:41:06
Assinado utilizando assinatura qualificada AC SINCOR RFB G5		



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucems informando o número do protocolo 25/049.995-9.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA	06/05/2025 10:41:06
Assinado utilizando assinatura qualificada AC SINCOR RFB G5		

Declaração de Autenticidade

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA	06/05/2025 10:41:06
Assinado utilizando assinatura qualificada AC SINCOR RFB G5		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/04/2025



Documento assinado eletronicamente por Rita De Cassia Marcon Maia, Servidor(a) Público(a), em 06/05/2025, às 16:12.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucems](http://portal.de.servicos.da.jucems) informando o número do protocolo 25/049.995-9.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Registro Digital
15 05 25

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
311.958.731-15	MARCIO CAVASSA DO VALLE

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, terça-feira, 06 de maio de 2025